

A MORTE DE UM GIGOLÔ: FRONTEIRAS DA TRANSGRESSÃO E SEXUALIDADE NOS DIAS ATUAIS

Claudia Fonseca¹

Há temas que parecem surgir automaticamente quando se fala de sexualidade – um deles é a prostituição. A uma certa distância, via romances e jornais, o assunto é sem dúvida, além de fascinante, de digestão relativamente fácil, com imagens previsíveis de erotismo e transgressão. No entanto, ao se aproximar da vida das “profissionais do sexo”, em carne e osso, o pesquisador complica o quadro, pois não somente acaba descobrindo que o “exótico” não é tão exótico assim, mas também passa a reconhecer a extrema heterogeneidade desse universo.

Em meadas da década de 1990, tive a oportunidade de realizar uma pesquisa etnográfica com algumas prostitutas na cidade de Porto Alegre. Num primeiro artigo (Fonseca, 1996), concentrei esforços nas “gurias” da praça da Alfândega, mulheres de “certa idade” que transformaram essa praça pública numa espécie de salão de visitas, lugar de intensa sociabilidade feminina. Agora, depois de relembrar o ambiente desse *setting*, pretendo passar para outra “zona” em que os homens têm um papel muito mais importante. Farei isso, relatando um evento dramático que ocorreu no final da minha pesquisa: a morte de Deodoro,² um gigolô bem quisto pela maioria dos membros de

¹ Professora do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social – PPGAS/UFRGS.

² Apesar de todas as prostitutas e a maioria de seus companheiros usarem “nomes de guerra” (que não correspondem aos seus nomes oficiais), acabei nesse artigo por dar nomes completamente fictícios.

seu pequeno universo. Ao olhar de perto as repercussões dessa morte na vida das três mulheres que viviam e trabalhavam com Deodoro, estarei examinando um acontecimento quase banal (a vividez) em circunstâncias especiais. O que acontece com uma "profissional do sexo" depois de uma ruptura assim? Veremos como esse drama social condensa uma série de questões sobre as solidariedades, sobre certos tipos de insegurança e, principalmente, sobre cursos de vida de algumas mulheres trabalhando como profissionais de sexo.

O convite para falar nesse seminário me deu a oportunidade de retomar alguns dados de minha primeira pesquisa, acrescentando outros. Foi até possível retornar pontualmente para o campo,³ saber o que muitos dos meus antigos conhecidos estavam fazendo em 2003, quase dez anos depois do nosso último contato. Volto a esse assunto no final do *paper* para reforçar uma idéia que me acompanha desde os primeiros meses da pesquisa de campo: que essas mulheres têm vidas, em muitos aspectos (experiências familiares e dilemas pessoais), não muito diferentes das de suas contemporâneas mais convencionais.

Enfatizar o lado "normal" da vida de mulheres prostitutas levanta questões sobre a própria constituição do campo acadêmico da sexualidade. Pergunto-me: será que falo de "sexualidade" nesse *paper*? Tenho a impressão de que não. Falo de mulheres que desempenham uma atividade sexual considerada incomum, mas tudo no meu argumento visa a desconstruir o senso comum que insiste em algum tipo de excepcionalidade inerente na categoria. Meu questionamento se estenderia a outros temas – homossexuais, por exemplo. Será que uma pesquisa sobre pais homossexuais deve ser incluída automaticamente entre os "estudos da sexualidade", exatamente quando boa parte do trabalho etnográfico mostra que estamos lidando com pais como quaisquer outros (Grossi, 2003)? Que é, antes de tudo, o preconceito que cria um espaço diferenciado?

³ É importante frisar que meu olhar de "dez anos depois" não é dirigido propriamente para as mudanças no campo de prostituição (que não são poucas – veja, por exemplo, Piscitelli (2003), nem para novidades nos estudos da prostituição, mas antes para a evolução de alguns indivíduos que faziam parte de meu primeiro campo.

Encontramos assim numa situação paradoxal: quanto mais estudamos essas "sexualidades", menos elas parecem merecer um campo de estudos à parte... Mais inquietante ainda, podemos perguntar se, ao seguir nesse caminho, não estamos engajados num processo de "desmancha-prazeres". Duarte (nesse volume) nos lembra que a sexualidade moderna – com aquela sensação de algo intenso, prazeroso e íntimo – tem como pedra angular a obra de Marquês de Sade. Na maior parte do mundo ocidental, é justamente a idéia de transgressão que cria o erótico – que faz significar a sexualidade. Como fica, então, quando intelectuais e movimentos sociais juntam esforços justamente para descriminar essas atividades? Quando as campanhas têm êxito, será que esses atos não deixam de ser transgressores? E, deixando de ser transgressores, onde encontramos a sexualidade, aquela "verdade profunda" do indivíduo moderno (Foucault, 1977)?

Quando retiro, a partir da observação etnográfica, o "exótico" da prostituição, acabo colocando perguntas em relação aos nossos fantasmas (incluindo os do próprio pesquisador) no que diz respeito à atividade sexual. Esse, porém, é um tema complicado, sem resolução clara. Assim, nos comentários finais desse *paper*, apresentando um tipo de autocrítica, concentro-me nas repercussões políticas das nossas definições da transgressão sexual nos dias de hoje.

1. A PRAÇA DA ALFÂNDEGA, 1994

Confesso, sem pruridos, que – tal como minhas estudantes de graduação – fui atraída pelo tema de prostituição por curiosidade... por causa dos estereótipos picantes que circundam esse tema. Foi justamente em função desses estereótipos que, no início, eu não enxergava as profissionais do sexo que despontavam na praça de Alfândega (praça central de Porto Alegre) já a partir das dez horas da manhã. Eu topava, é claro, falar com todos os personagens da praça, e assim fui encontrando as mulheres. Naquelas primeiras tardes ensolaradas que saía a campo, sempre achava, em algum canto, três ou quatro senhoras tagarelando enquanto beliscavam sanduíches –

matronas fazendo um piquenique no parque. Perto da estátua central, haveria alguma jovem mostrando seu recém-nascido para duas ou três colegas, obviamente conhecidas de longa data. Mas, à apresentação vaga e provavelmente pouco convincente dos meus objetivos (eu, pesquisadora da faculdade, estava querendo estudar as “diferentes atividades” que ocorriam na praça), recebia respostas igualmente evasivas.

Lembro em particular de Aracy, um dos meus primeiros contatos na praça. Não hesitou em dar sua idade (47 anos) e, com seus longos cabelos presos, usando saia preta comprida e camisa branca de gola alta, parecia uma senhora absolutamente “respeitável”. Iniciamos a conversa falando de nossos filhos, encadeando para outros assuntos de mulher (receitas para embelezar pele e cabelo), até chegar na possibilidade de comprar roupa e livros que minha interlocutora garantia ter guardados em sua casa. Aracy não mencionou, naquela primeira ocasião, que teria também interesse na distribuição gratuita de camisinhas e nas reuniões dos profissionais de sexo. Porém, esses temas não tardaram a surgir nos encontros subsequentes, quando eu passei a assumir o *status* de regular da praça.

Vim, em pouco tempo, a reconhecer que não havia duas populações femininas naquele local. Enquanto os michês se camuflavam entre engraxates, artesãos e aposentados, virtualmente todas as mulheres ali sentadas ou paradas estavam lá para “fazer programa”. Mas vim também a reconhecer que a primeira identidade que Aracy me apresentara não era falsa. Pelo contrário. A maioria das mulheres da praça também eram mães (ou avós), mulheres vaidosas e vendedoras dos mais variados produtos. Ainda mais: nesse ambiente de sociabilidade feminina, era difícil ver chegar uma mulher cuja vida não fosse conhecida e comentada nas fofocas do grupo. Todos reconheciam a tranqüilidade e dignidade de Dona Amélia (decana da praça), que, aos 72 anos, costumava ficar sentada na frente do Banco do Estado à espera de um aposentado. Sabiam que o irmão de Cheiene estava “nas últimas”, no hospital, com AIDS. Escutavam com vago ceticismo os planos de Lúcia que, com seus três filhos praticamente criados, estava falando em cursos supletivos e até em faculdade. E acompanhavam as tentati-

vas esporádicas de Diva no mundo da “carteira assinada”. Veterana da época áurea dos portos de Rio Grande, Diva – mesmo depois de integrar a equipe de faxineiras de um museu perto da praça – fazia questão de passar regularmente na praça, “para não perder meus fregueses para outra *guirriá*”.

Não me admira que, dentre todas as “zonas” diferentes de Porto Alegre, acabei me aninhando junto às veteranas da praça da Alfândega. Existiam regras para manter as atividades ilícitas da praça – droga, briga, roubo, e até rivalidades acirradas – dentro de limites; senão, a prostituição não seria tão facilmente tolerada pelos integrantes das camadas médias (como eu) que freqüentavam o centro urbano nesse horário. Contudo, nunca tive ilusões quanto à “representatividade” desta fatia do campo prostitucional. Tive contato suficiente com outros pontos para saber que não existia uma zona representativa. E assim, com o convite de recontar sobre a pesquisa entre prostitutas, senti o desafio de estender meus horizontes descritivos para algumas experiências além da praça da Alfândega, para uma população mais jovem, mais próspera e onde a presença masculina (dos maridos/gigolôs) exercia uma forte influência na organização do trabalho.

Mudemos portanto de local, e também de horário, para o cruzamento de duas ruas da zona comercial do centro, quando as lojas e os escritórios já estão fechados – entre 18 e 22 horas. Era então que eu me encontrava com as meninas da dra. Flores: mulheres que pareciam corrigir todos os “erros” estéticos de suas colegas da Alfândega. Eram jovens (25 anos) bem maquiadas, esbeltas, usando em geral calça colante e salto alto, e que costumavam sacudir os longos e lustrosos cabelos para chamar agressivamente a atenção de clientes potenciais. Essa meia dúzia de mulheres trabalhava para dois irmãos que cuidavam havia anos da mesma esquina. Minha experiência com elas assumiu novas dimensões a partir da morte súbita de um dos irmãos. Trata-se de um incidente que fala de ruptura, de mudança e indiretamente de futuro. Assim, apesar de ser um acontecimento de 1996, veremos como nos projeta para os dias de hoje. Antes de adentrar essa história, no entanto, cabe uma breve reflexão metodológica.

2. CAVEATS METODOLÓGICOS

Até 1970 (quando começam as etnografias sobre prostituição⁴), muito da literatura acerca do tema era dedicada à descrição das chagas, miséria, feridas, tuberculose, debilidade mental – que esperavam a infeliz que escolhia este caminho. Os livros estavam cheios de depoimentos de Terezas e Marias, arrependidas por terem se atirado “na lama, na mais horrível lama...”; e não faltavam descrições sobre a mulher agonizando que, “com uma ferida em certo lugar”, gritava de dor por falta de remédios ou assistência, e acabava morrendo na calçada. Em estudos mais recentes, pesquisadores colocaram em perspectiva a moralidade dessas vozes vitorianas, mas nem sempre conseguiram se desvencilhar do viés impresso na própria seleção de dados. Esses continuavam a ser tirados geralmente de arquivos policiais, registros de hospitais e abrigos da assistência pública – documentos feitos nos “lugares de refúgio” povoados por pessoas vencidas e arrependidas que não tiveram, nas circunstâncias, outra alternativa senão enfatizar o fracasso, a miséria, a infelicidade (Corbin, 1984).

São sinais dos tempos que, até o início dos anos 90, prostitutas já tinham outros lugares, além das prisões e hospitais, onde eram chamadas a se manifestar como profissionais. Uma série de ONGs, financiadas em grande medida por projetos de saúde voltados para a contensão de DST-AIDS, já atuavam nas diferentes capitais brasileiras. Cada associação – com apenas leves diferenças entre elas – promovia um novo discurso em que “profissionais do sexo” (prostitutas, travestis, michês) deveriam rejeitar o estigma ligado à sua profissão, cultivar sua auto-estima e reivindicar seus direitos de cidadão e trabalhador. Ao mesmo tempo em que eu fazia questão de manter minha independência *vis à vis* das ONGs (passava horas nos diferentes pontos de prostituição sem ser acompanhada por nenhum “intermediário”), fui sendo cativada por certos personagens desse universo. Em particular, fui me aproximando de Estrela, diretora de uma recém-iniciada Associação de Prostitutas, auto-identificada

⁴ Ver Fonseca (1996) para uma discussão detalhada dessa literatura.

“mulher de malandro”, cujo estilo pessoal – íntimo, direto e brincalhão – garantia a ela trânsito aberto em várias redes de prostitutas. Assim, como “pesquisadora” da faculdade, acompanhada muitas vezes por estudantes do curso de ciências sociais,⁵ fui negociando meu próprio lugar nesse universo.

Desde o início de minha pesquisa, no entanto, a questão da coleta de dados – tantas vezes problematizada na literatura clássica – me preocupava não mais do que a exposição final dos “dados”. Como encontrar um estilo de texto que escapasse às armadilhas clássicas: “os nativos” tratados como um grupo homogêneo, o *agency* dos indivíduos e a criatividade das suas diversas histórias apagadas atrás de algum sujeito coletivo? Como fugir dos estereótipos sobre “a eterna prostituta”, e, ao mesmo tempo, dar conta da multiplicidade de personagens com as quais eu encontrei? Uma possível solução seria criar uma série de subclassificações – fazendo uma descrição conforme o lugar de trabalho, o preço do programa e os serviços especiais das diferentes categorias. Cheguei a fazer uma tentativa disso, um “mapeamento” teórico do mundo prostitucional (Fonseca, 1996: 12). Mas tive a impressão de estar me entregando a um exercício cientificista, como se eu fosse um naturalista alfinetando borboletas... ou até algum tipo de Jack, o Estripador, retalhando meu objeto, cortando as prostitutas em pedaços só para poder preservar meus fantasmas. A totalidade despedaçada continuava sendo “a (eterna?) prostituta”, fênix que se recompunha das cinzas da tipologia.

Voltei, como volto cada vez mais, à convicção de que a força da etnografia está na sua capacidade de contar histórias. As histórias escolhidas, apesar de nunca serem “típicas”, são – quando exploradas em toda sua especificidade – sempre reveladoras. Ainda mais, contar histórias é uma forma de transmitir algo do clima da relação entre pesquisador e pesquisados, clima esse que é parte integrante dos “dados”. No âmbito desse artigo, não tenho a pretensão de explorar todas as possibilidades do “drama social” que, nos melhores exemplos, traz

⁵ Sem a ajuda dessas estudantes – Alinne Bonetti, Elisiane Pasini e, hoje, Leticia Tedesco – não teria sido jamais possível alcançar a mesma riqueza de dados e de relações humanas com nossos “objetos de pesquisa”.

uma compreensão aprofundada do contexto histórico em que os eventos ocorreram (Turner, 1974). Uso a história aqui antes para evocar o *agency* dos sujeitos envolvidos na história⁶ – para mostrá-los como indivíduos pensantes, negociando seu papel numa trama complexa de significados e de relações de poder remetidos especificamente ao universo institucional. Estudantes versados nos encantos da pesquisa etnográfica não estranharão o fato de que são trechos tirados do meu diário de campo que melhor alcançam esse objetivo (comentários pontuais acrescentados para esse artigo constam entre colchetes).

3. A MORTE DE UM GIGOLÔ, 1996

Dez horas da noite, fim de outubro, 1996.

Estela acaba de ligar para me avisar: “Deodoro de Laura e Karol teve um aneurisma. Ontem, domingo, estava no trailer tomando lanche, e de repente falou: ‘Eu não estou bem. Chamem Nenê’. Parece que caiu no chão com tanta força que quebrou a chapa. A última coisa que falou: ‘As gurias não estão trabalhando hoje’. Júnior – tu não conheces ele? É um motorista de táxi – tem uma guria na rua também. Foi ele e os outros que levaram Deodoro ao pronto-socorro”.

“Tinha que ver o desespero daquelas gurias. Chegaram no hospital dizendo que não era para poupar esforços, que elas tinham dinheiro para pagar qualquer tratamento, qualquer remédio que ele precisasse. Jeane, sabe, é a mulher dele, a mulher mesmo. Está com ele há vinte anos. Ela estava com 14, ele com 30 e pouco quando se juntaram. Ela já tinha uma filha, e fizeram um filho juntos que hoje tem 11 anos. Ela parou de trabalhar para cuidar do guri e Laura e Karol estavam segurando tudo. As duas estão lá no pronto-socorro tentando consolar Jeane, mas todas dizem que estão perdendo a pessoa mais importante na vida, que ele era que nem pai, era tudo para elas...”

⁶ Veja Dirks, Eley e Ortner (1994) para uma discussão do sujeito como agente.

[Eu (Claudia) nem sabia da existência de Jeane, mas já tinha passado muitas horas, em festas, na rua, e em reuniões da associação, com Deodoro, Laura e Karol. Estela não hesita: “temos que ir lá dar apoio às meninas”. Marcamos para o dia seguinte – 15:15 no pronto-socorro.]

SOLIDARIEDADES

O dia seguinte:

Chego atrasada. Tem muita gente na frente do pronto-socorro. Demoro 15 segundos para localizar Nenê e um punhado de meninas que conheço da rua. Usam *sports* e camiseta sem adornos, bem diferente da roupa de trabalho. Sem maquiagem, parecem mais jovens do que o normal. Saindo de dentro do hospital, uma velha senhora, corpulenta e com tremedeira, se junta à turma – é a mãe de Deodoro. Vou identificando as demais pessoas – uma irmã dele, dois meio-irmãos, sobrinhos e seus respectivos companheiros, todos pasmados com a notícia que receberam há pouco da morte cerebral de seu parente.

Nenê vem logo falar comigo. Conheço bem aquele sorriso encantador. Sempre pronto para oferecer carona ou fazer telefonemas, é o homem que mais dá apoio às atividades da Associação de Prostitutas. Já comi churrasco na casa dele, onde mora com seu pai e Márcia, sua mulher. Soube que, agora, depois de mais de dez anos de convivência, esse casal está tendo problemas. Márcia trouxe uma meia-irmã mais moça para batalhar junto e acabou “rolando uma história” entre ela e Nenê. “Na minha própria casa!” – desabafa Márcia. – “É demais! Não sou tão liberal assim. Quero marido, não gigolô!” Hoje, no entanto, ela e Nenê estão aqui abraçados, se consolando, e “dando uma força” para seus amigos.

Pergunto para Nenê quem está cuidando dos detalhes do enterro, e ele responde: “Eu. Já comprei um terno branco para Deodoro, com violão na lapela. Ele teria gostado. Mesmo se ele não morrer, vai gostar – é uma coisa que ele usaria...” E depois explica: “Era que nem irmão para mim. Ele dizia para todo mundo que eu era mais

irmão para ele do que qualquer outro. Quinze anos que a gente se conhece. Montamos um negócio de fotografia juntos. Olha!" (Nenê me mostra um cartão de visita. Em cima do endereço, o nome do negócio: "Tonijalma" – um neologismo que junta seus dois nomes). Eu fui a última pessoa a estar com ele vivo – ele bem disposto, alegre, amando a vida, precisava ver..."

Estela e eu subimos até o 3º andar para nos despedirmos de Deodoro. No banco do corredor, na entrada da UTI, tem muita gente sentada. Vejo Karol, sardenta, sem maquiagem. Com uma mão, segura um lenço dobrado para secar as lágrimas; com a outra, segura a mão de uma menina de óculos, levemente mais velha. Me impressiona o quanto elas se parecem – galegas magrelas, franja e cabelo desbastado mal cobrindo a nuca, e penso na terceira das mulheres de Deodoro – Laura [que, segundo me contaram, está em casa, consolando o filho de Deodoro e Jeane]. As três têm algo em comum – não são beldades espalhafatasas, mas têm uma certa delicadeza no rosto. Abraço Karol, tentando consolá-la, mas logo sinto que estou agindo errado, pois é a mulher do lado, Jeane, a viúva principal, e era para ela que devia dirigir as primeiras condolências.

[Até aqui assistimos a uma cena não muito diferente da de qualquer outra família enfrentando um evento trágico. O fato de Deodoro ser "gigolô" não parece anular a presença de parentes, a solidariedade de amigos, e a fidelidade das mulheres. É quando Jeane tenta imaginar o futuro que veremos, ao lado de angústias típicas de qualquer viúva de renda modesta, algumas especificidades da situação.]

CONFLITOS E INSEGURANÇA

Quinze minutos mais tarde, estamos mais uma vez na calçada, diante do pronto-socorro, e Jeane dá vazão a suas angústias (ela tem uma maneira de dobrar o lábio superior para dentro e esticar seu queixo como uma pessoa com raiva ou, quem sabe, determinação). "Que que vou fazer? Tu acredita? Temos só 5 pau... e muita conta para pagar. Pensa bem – a escola do guri, a prestação das casas (ela tem casa pelo BNH e Laura e Karol moram cada uma no seu pró-

prio apartamento). Faz três anos que não trabalho, que só fico em casa cuidando dos guris. Pense bem. Karol está conosco 8 anos, Laura 9 ou 10. Mas elas são jovens. Vão arrumar outro homem, e eu? Eu nunca pensei em viver com outro homem. Conheço Deodoro desde meus treze anos, nunca tive outro homem. Morro de medo até de pensar. Não sou o tipo de fazer amizades, assim, com vizinho, de sair para baile, nada disso. Também, como que ia botar outro homem na minha casa, junto com os guris?"

Estela, tentando ser otimista, descreve como ela se reergueu depois de se separar. Era dondoca que nunca tinha se preocupado com as contas, o marido pagava tudo. E, depois de se separar, para sustentar seu bebê, acabou trabalhando de assistente de enfermeira – dois turnos, todos os dias, inclusive fim de semana, no hospital público. Jeane interrompe ela: "Mas você era dona da sua casa?" Estela diz que sim – admitindo que não tinha prestação para fazer. Jeane segue adiante: "E você tinha estudo?" Mais uma vez, Estela responde no afirmativo, sublinhando uma segunda diferença fundamental entre os dois casos. Tendo esclarecido essas diferenças, Jeane concede: "Tudo bem. Morrer de fome, ninguém morre. Não sou uma para dizer que antes morta do que ser empregada doméstica. Mas tem que ver que estamos acostumadas a um certo padrão de vida... É a gente vai ter que se acostumar a outra coisa. (...) A gente quer continuar juntas algum tempo. Não vou deixar as gurias na mão. Vamos ver – porque muita coisa que a gente tem, é em comum. Vamos ter que estudar tudo isso, nem que elas paguem um aluguel, algo para mim. Porque eu não trabalho, né? E tem contas para pagar."

O problema com esse plano é que na parte da cidade onde essas meninas trabalham, um homem protetor é quase condição *sine qua non* para o exercício da prostituição. Um homem serve, em primeiro lugar, para proteger sua mulher contra fregueses violentos. No dia mesmo em que Deodoro foi hospitalizado, uma jovem prostituta foi forçada a beber soda cáustica por um freguês obcecado com ela. O freguês fugiu deixando a menina trancada no quarto, mas ela conseguiu se arrastar até a sacada do hotel e dar o alerta. Enquanto

as colegas foram socorrer a menina, os homens correram para prender o malfetor, que seguraram até a chegada da polícia.

Mas, nessa zona, um homem protetor faz mais do que espantar fregueses inconvenientes. Um homem também protege "suas gurias" contra outros gigolôs da zona que, não fosse essa proteção, poderiam tentar submetê-las à força. No caso de Laura e Karol, esse perigo é muito real, pois um dos irmãos de Deodoro, chamado Caco, também tem "gurias" batalhando para ele e já está ameaçando tomar conta de tudo que era de seu irmão. Jeane fica quase histérica ao falar dele...

"Eu te digo, Caco não vai deixar a gente trabalhar!" (Tentamos persuadi-la de que ele não tem o poder de impedi-las.) "E se ele for lá dar uma tunda nas meninas...? Vocês não conhecem ele! Ele é nojento. Lembro quando a mulher dele e eu fomos para o Palácio da Polícia. Eu ainda estava de menor, e ficamos cinco dias lá dentro recebendo choque elétrico e todo tipo de tortura. Deodoro ficou louco, pagando advogado e tentando de qualquer jeito nos tirar de lá, mas Caco falava - 'Esqueça elas, vamos arrumar outras gurias!'"

[De fato, em 1996, as reivindicações das diferentes associações ligadas ao campo de direitos humanos e diferença sexual já tinham surtido efeito. Embora a polícia ainda "incomodasse", prendendo e fichando as mulheres, as histórias sobre choque elétrico e surras na cadeia eram algo do passado. Dessa forma, a maior preocupação de Jeane era o que fazer com ameaças "de dentro" do mundo da prostituição. Ela e as meninas eram unânimes em afirmar que a relação entre uma mulher e seu homem (mesmo se ele tivesse diversas mulheres) era assunto particular dela. Agora, "imagine (um outro homem) querer mandar em nós!"]

Jeane continua em tom entre ironia e queixa: "Deodoro não era assim. Sempre tratava a gente na mão. É que era gigolô, mas era gigolô frouxo. Não sabia tirar dinheiro de ninguém. Se fazia muito frio, ele mandava as gurias ficar em casa, se fazia calor, era a mesma coisa. Até quando estavam menstruadas...! Num mês, trabalhavam 20 dias, folgavam 10. Por isso a gente não ia em frente. Era muita mordomia - roupa, festa, essas coisas... Caco nunca comprava rou-

pa para as gurias dele. Elas tinham uma peça só de roupa, para trabalhar e tudo. Mas aí ele viu Deodoro costurando roupa para mim (SIM! Ele me costurava meus vestidos!), e começou a competir. Aí encheu as gurias dele de roupa."

De fato, esse irmão está presente, na calçada do pronto-socorro. Veio por insistência de Renata, sua mulher principal - mas faz questão de mostrar que está aqui a contragosto. Parece galã de novela mexicana. Alto, quase gordo, usa camiseta cavada sem manga, *short* de brim (cortado ao Joelho), óculos escuros (aqueles de espelho), dois colares grossos de ouro, um relógio e uma pulseira de ouro. Calça sapato branco, sem meia. Tem jeito de quem merece as acusações dirigidas contra ele. Fica falando alto, xingando: "O cara tinha que morrer mesmo. Não considero meu irmão, isso não é irmão. Irmão é aquele que te ajuda, que está perto e te dá atenção... Esse aqui, sabe o que é? Me trocou por aquele Negão (se referindo a Nenê), aquele morto de fome. Ele não presta mais do que o outro".

O pessoal ao redor, constrangido, tenta ignorar Caco. Alguém fala baixo: "É por causa da dor". Outro murmura: "É escroto mesmo". Mas é Jeane, do canto dela, que mostra a reação mais firme: "Juro por Deus, vou para casa, vou carregar meu revólver. É só por que tenho um filho para criar, porque senão, juro por Deus que matava aquele cara logo!"⁷

VIRANDO A PÁGINA

Que fim esperava Karol, Laura e Jeane? Havia muita coisa contra elas. Como Jeane havia sublinhado: estavam sem instrução, com dívidas, e sem proteção masculina... Por outro lado, já tinham alcançado certo nível de vida - com roupa bonita, comida farta, casa própria, e até carro, que trocavam de dois em dois anos. A questão era como manter esse padrão de vida, sem retroceder.

Estive em contato durante mais dois meses com as meninas, podendo acompanhar essa primeira fase de uma vida nova. Num pri-

⁷ Aqui terminam os extratos de meu diário de campo.

meio momento, Karol e Laura acionaram sua rede de conhecidos para encontrar trabalho em um bar do Bom Fim, mas estranharham o novo ritmo. Terminavam de madrugada, numa hora em que não encontravam mais ônibus para voltar para casa. Tinham que beber muito, tinham que conversar... Era um lugar "muito fino - onde Collares ia antes de Neusa",⁶ mas não era como na rua. Os fregueses iam para conhecer. Só depois de duas ou três visitas é que iam para cama com a moça. Por isso, não dava grana.

No entanto, com o tempo, Karol e Laura foram descobrindo vantagens de trabalhar sem ter homem protetor. E essas vantagens não tinham nada a ver com lucro financeiro (juravam que ganhavam mais na época em que batalhavam na rua). Aos poucos, foram prestando atenção às diferentes histórias que circulavam nesse novo meio de prostituição: "Pois, não tem uma lá, que se formou advogada? Hoje tem um gabinete, tudo pago pelo cliente - um que nem queria nada nas primeiras vezes que se viram lá". Nas suas descrições dos fregueses, as meninas começaram a diferenciar solteiros e casados. Falavam, intrigadas, que os "caras" pareciam querer conquistá-las no papo antes de fazer programa. Seis semanas depois da morte de Deodoro, Karol tinha recebido seu primeiro beijo na boca de um freguês... e gostou. Falava com entusiasmo de festas, brincadeiras, galeto. Já um certo solteiro tinha voltado duas vezes para revê-la: "A gente se deu tão bem que me convidou para ir para a praia esse fim de semana, mas não aceitei. Imagine, mal conheço ele!".

Isso foi em 96. Eu já tinha passado para outra pesquisa (antes, até, de Deodoro morrer), e perdi contato com as meninas. Foi só no final do ano passado (2002), quando fui escutar Elisiane⁷ num evento público sobre prostituição, que encontrei com Laura na plateia. Logo me mostrou, com enorme sorriso, o anel no dedo dela: "Casei! Faz quatro anos". Contou toda a história de como tinha passado a traba-

⁶ Refer-se a um ex-prefeito de Porto Alegre e sua mulher.

⁷ Refiro-me a Elisiane Pasini, doutoranda no Centro Pagu, já com pesquisa etnográfica sobre prostituição em diversas cidades brasileiras (2000, 2001). Também, todos nós temos uma enorme dívida com Tina Taboada, presidente do Núcleo de Estudos da Prostituição (NEP), que abriu tantas portas à equipe durante a pesquisa de campo.

lhar só para clientes conhecidos e, no fim, depois de uma semana de férias juntos numa praia nordestina, se casou com um deles. Ainda freqüentava a Associação das Prostitutas - "para dar uma força e matar saudades das gurias", mas não trabalhava mais. Jorrando satisfação, Laura contou que Karol, também casada, já tinha nenê e Laura era madrinha da criança. Soube depois que, pelo menos na avaliação de suas colegas, as duas tinham feito "bons casamentos", com homens "bem empregados" que sustentavam elas - e que, hoje, Laura também é mãe de uma filha.

4. REFLEXÕES FINAIS

DEZ ANOS DEPOIS - E AI?

Meu leitor pode, a estas alturas, estar perdendo a paciência. Perguntará: essas anedotas são bem interessantes, mas que conclusões podemos tirar dessas reflexões etnográficas? Afinal, esse caso das meninas de Deodoro pode ser considerado exemplar? Algo "típico" do campo da prostituição? A esse tipo de inquietação, minha resposta seria: certamente não. Creio que qualquer antropólogo que trabalha com prostituição concordaria comigo: nesse campo, o típico não existe. Devemos lembrar, contudo, que o caso etnográfico normalmente não tem pretensão de representatividade estatística. Uma dada descrição da realidade, devidamente inscrita na literatura para atual e futura reflexão, passa a constar como uma instância do possível - nada mais, nada menos. E, nesse caso de Laura e Karol, como em muitos outros relatos que captam a imaginação do etnógrafo, essa possibilidade serve como contrapeso ("*another country heard from*"¹⁰) aos estereótipos do senso comum.

Assumindo a fragilidade de meus cálculos - vã tentativa de tirar conclusões quantitativas de uma experiência etnográfica -, estou agora pronta para especular sobre a realidade das prostitutas "dez anos depois"... Tenho a impressão de que, infelizmente, das cin-

¹⁰ Geertz (1973: 23).

qüenta e tantas mulheres enquadradas na minha primeira pesquisa, a maioria não conseguiu chegar nem perto do padrão de vida ostentado hoje por Karol e Laura. Estas – brancas, jovens, e com certo capital social e cultural – poderiam ser incluídas naquela proporção de prostitutas que conseguem usar a profissão para realizar um projeto de ascensão social.¹¹ Das outras, aparentemente boa parte continua trabalhando na rua, onde encontro episodicamente com elas. Algumas delas conseguiram fregueses regulares que marcam hora, de forma que podem organizar suas vidas sem longas esperas na calçada. Outras continuam batendo ponto na rua ao lado de concorrentes cada vez mais jovens. Até o mês passado, ainda encontrava Dona Amélia, com idade de minha mãe, sentada num banco da praça. Será que estava à espera de algum freguês? Duvido. Mas o fato de que está raramente sozinha, que em geral está lá a bater papo com alguma colega de trabalho, leva-me a crer que há outros motivos para ela não se “aposentar”.

Além do envelhecimento, a doença é outro risco ocupacional que corta aspirações de melhoria. Diva, aquela cinquentona que tanto me encantara com suas histórias sobre marinheiros do porto, tinha “dado um tempo” – três meses num emprego de faxineira terceirizada. Porém, quando a vi pela última vez, estava batalhando mais uma vez na rua. Recentemente havia descoberto que estava “com a tia” e me chamou para desabafar: “Guria, não sei como peguei! Juro que sempre usava camisinha!” A ironia da situação era ululante: trinta e poucos anos de profissão, tendo escapado de gerações sucessivas de doença venérea, só para sucumbir agora... Diva me garantia que ainda estava em ótimo estado e “se cuidava” (sem ter que tomar remédios). No entanto, soube por Estela que algumas das gurias já tinham falecido de AIDS. Outras estão se tratando e levando vidas bastante normais, apesar da soropositividade. Alternam, como Diva, entre atividades diferentes –, trabalhando ora como sacoleira, ora como faxineira, ora como prostituta.

¹¹ O historiador Joel Best, na sua pesquisa sobre prostitutas americanas do século XIX, estima que 10% conseguiram melhorar sensivelmente seu padrão de vida. Minha impressão é de que essa hipótese vale para uma porção semelhante das mulheres que conheci.

Ao todo, o lote dessas mulheres não parece particularmente invejável – mas não estou convencido de que se deram pior do que muitas das donas de casa da periferia que eu frequentara durante outras pesquisas. Cada uma dessas mulheres, conforme seus recursos de cor, de idade e de talentos pessoais – cada uma, trazendo uma experiência específica e contando com uma rede social particular – traça um plano de vida em que ser profissional do sexo é apenas uma parte.

A HIPÓTESE DA PATOLOGIA SOCIAL

Se, por um lado, meu olhar tem o perigo de banalizar uma profissão dura e altamente estigmatizada, por outro, ao sublinhar a normalidade dos comportamentos extraprofissionais das prostitutas, tem a vantagem de frear o reducionismo psicológico, eterna pedra no sapato de quem quer avançar na análise. Grosso modo, o argumento reducionista vem assim: a mulher, sem dúvida abusada na infância, sofreu sérios abalos na sua auto-estima. Sem ânimo para fazer outra coisa, acabou na prostituição, forma última de autodegradação. Trata-se de uma perspectiva não muito diferente das teses de degenerescência comuns no início do século (ver Carrara, 1996, Chevalier, 1978). E, como Corbin (1984) nos alertou, o observador crédulo, que esteja trabalhando em 1900 ou 2000, sempre achará alguém pronto para fornecer o relato que quer ouvir.

Curiosamente, com raras exceções, as mulheres com as quais eu falava não se apresentavam como vítimas. Contavam histórias sobre um passado difícil, uma infância de grande privação, mas era em geral para enfatizar a extraordinária força de vontade de minha interlocutora que, apesar de tudo, conseguira dar a volta por cima. Karol, por exemplo, sempre me dizia que começou a vida como menina de rua. Tinha fugido de casa com 13 ou 14 anos, chegando em Porto Alegre com uma mão na frente, outra atrás. Não tinha nada – até ela conseguir ser recebida por Deodoro. “Ele nem queria no início, dizia que eu era muito magra. Eu não sabia nada. Era que nem bicho. Ele que foi me ensinando: como vestir, como falar... tudo”.

Essas narrativas, sobre uma "infância na rua", aparecem em muitos relatos de homens e mulheres – o próprio Deodoro descrevia uma trajetória semelhante. Ironicamente é o tipo de relato que a psicologia vulgar usa para "explicar" a queda moral e entrada na prostituição. Só que o relato de meus interlocutores em geral parecia ter a moral oposta. Contavam-me com orgulho evidente que começaram sem absolutamente nada. Poderiam ter sido qualquer coisa – ladrão, drogado, motorador de rua... e olha como se deram bem!

Não é minha intenção cometer o erro clássico de pesquisadores neófitos que, procurando conclusões "profundas", fazem um salto descabido entre dados sociológicos e interpretações psicológicas. Ao trazer os discursos de minhas informantes, não estou tentando estabelecer uma nova ou mais "verdadeira" versão sobre os fatos. É evidente que minhas interlocutoras ajustam seus comentários às circunstâncias da conversa. Minha análise versa sobre os valores acionados durante uma sofisticada negociação de auto-imagem (Becker, 1994). Não diz respeito a uma verdade profunda da pessoa, nem pretende diagnosticar um perfil psicológico particular das prostitutas. Certamente, o fato de que Laura e Karol, dada a oportunidade de levar vidas mais convencionais, fazem a transição sem enormes problemas, leva a crer que têm "estrutura psíquica" tão sólida quanto a de suas vizinhas mais convencionais. Mas eu não ousaria deduzir, a partir disso, que prostitutas sejam nem mais fortes nem mais frágeis do que qualquer outra categoria.

O que me espanta, como pesquisadora, é a facilidade com a qual estudantes neófitos tiram conclusões gerais a partir de dados tão tímidos quanto os meus. A generalização fácil é quase tentadora, na medida em que a pesquisa ocorre em um hospital ou clínica psiquiátrica – lugares que suscitam determinadas narrativas, homogêneas nos relatos. O estudante, tendo coletado duas ou três histórias que conjugam a prática institucional com abuso sexual na infância, sente-se autorizado a confirmar a hipótese de uma etiologia patológica. Tal raciocínio ignora, de forma conveniente, o volume do fenômeno da prostituição que chega, em contextos históricos não tão distantes, a englobar dez a vinte por cento de toda a população femi-

nina¹² (será que todas eram abusadas na infância?). E dispensa a necessidade de controles metodológicos – a comparação, por exemplo, com mulheres abusadas que *não* se tornaram prostitutas. Casualmente, tenho três colegas, doutoras em antropologia, que me contaram histórias sobre abuso sexual na infância (veja, por exemplo, Langdon, 1993). Será que não poderíamos tirar alguma conclusão sobre a patologia individual ou familiar da mulher cientista social?

Sinto profunda indignação diante das narrativas que reduzem a prostituição a uma patologia familiar ou individual. Deparei-me recentemente com mais um exemplo típico desse argumento oportunista num artigo publicado em uma revista feita por estudantes de jornalismo numa grande universidade particular. Além de violentar os direitos das mulheres entrevistadas, publicando fotos identificadoras sem a permissão delas, o artigo coloca em destaque o aval de uma psicóloga que, sem nunca ter chegado nem perto das prostitutas citadas no artigo, consegue concluir que: "Essas mulheres sentem grande solidão..."

Pergunto-me o que têm esses assuntos (a prostituição, a sexualidade) sobre os quais especialistas normalmente precavidos se sentem autorizados a falar deles sem preparo particular, e leitores/estudantes aparentemente sofisticados engolem acriticamente chavões mal fundamentados? Bourdieu (2001), ao falar do conhecimento engajado, nos lembra que é justamente por suas competências acadêmicas – probidade, objetividade e desinteresse – que o *scholar* goza de certa autoridade social. Nesse mesmo espírito, sugiro que é um ato altamente político o pesquisador reconhecer os *limites* de seu saber, denunciando a pseudociência que surge tão facilmente nesse campo da sexualidade e que pretende tudo desvelar.

QUE NORMALIDADE?

Cabe uma reflexão agora sobre a normalidade não das pessoas, mas da vida das prostitutas retratadas aqui. Na perspectiva relativizadora da etnografia, essas mulheres parecem levar uma existência "prática-

¹² Veja, por exemplo, Gilroy (1992) e Guy (1994).

mente" normal. Mas, aí, me pergunto: será que a "normalidade" que descrevo não é aquela de povos sitiados durante uma guerra? Não seria um pouco como os cidadãos de Bagdá seguindo suas rotinas cotidianas, até mesmo sob as bombas? Ou será que estou sucumbindo a uma atitude mais uma vez etnocêntrica ao assemelhar o sexo profissional a uma bomba?

De fato, as ONGs que hoje trabalham com profissionais do sexo são as primeiras a banalizar a atividade sexual. Dizem que é um emprego como qualquer outro e orgulham-se em conquistar classificação na lista de profissões declaradas no INSS. Devemos reconhecer que tem uma certa lógica nessas táticas — cunhadas para minimizar a discriminação contra prostitutas, para galgar um *status* de máxima respeitabilidade. Assim, por exemplo, na audiência pública que assisti no mês passado, a coordenadora de uma ONG insistia enfaticamente na distinção entre a prostituta madura e a menina de rua "drogada e doente", entre a profissional do sexo e a ladra. Deixava entender que as prostitutas ligadas à sua associação eram mulheres "discretas" (não assediavam os clientes) que zelavam pelo bom nome da categoria. Antes de tudo, colaboravam para impedir a presença entre elas de menores de idade. Que a maioria das profissionais presentes nesse encontro entrou "na vida" com 13 ou 14 anos é um fato que ninguém achou necessário comentar. No atual cenário político, a categoria se apresenta como cidadã exemplar.

É compreensível que ativistas apresentem um discurso simplificado sobre sua realidade para alcançar certos objetivos políticos.¹³ O pesquisador, ocupando outro lugar no debate, não tem a mesma desculpa para produzir imagens engessadas da realidade. Entretanto, olhando para meus artigos sobre prostituição, pergunto-me se meu relativismo etnográfico não se confunde com o relativismo dos ativistas. Ambas as perspectivas procuram tirar o "exótico" da atividade sexual, e enfatizam a normalidade, para não dizer a moralidade, das prostitutas. Vejo agora que "resgatei" a dignidade das gurias, colocando-as dentro dos meus padrões de decência. Mas, certamen-

¹³ Ver Ramos (1991) e Turner (1994) para mais discussão sobre *identity politics*.

te, elas colaboraram nisso. Aquelas com que tive mais contato apresentavam-se como mães atenciosas, mulheres heterossexuais, em geral com parceiros fixos. Minhas interlocutoras sempre viviam com homens sensíveis — vide Deodoro (o gigolô frouxo), companheiro atencioso, que, para suas mulheres, até costurava roupas. Eram as *outras* que tinham café. E não é por acaso que Estela gosta de lembrar como tal ou tal gigolô, depois de entrar na associação, passou a se "comportar como marido"...

Ao que tudo indica, mesmo as mulheres mais politicamente engajadas, aquelas que reivindicam a respeitabilidade da profissão, têm critérios bastante convencionais de felicidade. A prova é o sorriso triunfante de Laura quando me mostra a aliança no dedo. Lúcia, outra mulher que, aos meus olhos, teve muito sucesso, não goza do mesmo prestígio. Fez supletivo, entrou numa faculdade particular, ganhou bolsa do CNPq e acabou se formando em sociologia. No entanto, não é Lúcia que as meninas citam quando querem falar de quem "deu certo". São as mulheres que casaram "bem casadas" e tiveram filhos.

Em suma, é sem dúvida um avanço importante derrubar estereótipos miserabilistas, sublinhando a heterogeneidade do universo de prostitutas, e incluindo histórias de quem "deu certo". No entanto, devemos cuidar para não confundir o discurso politicamente correto, a visão do nativo, e a análise do pesquisador (lembrando que a definição de "quem deu certo" já é um enunciado moral.) Nesse caso, enquanto os primeiros dois discursos acabam reafirmando uma moralidade bastante conservadora, a "eterna autovigilância epistemológica" do pesquisador exige o questionamento radical de seus próprios limites de normalidade.

QUE SEXUALIDADE?

Em uma recente comunicação, Sergio Carraro e Adriana Vianna¹⁴ levantaram exatamente esse tipo de dúvida. Comentando a aceita-

¹⁴ Comunicação apresentada na mesa "Direitos sexuais e reprodutivos como direitos humanos", no âmbito do Curso Itinerante de Direitos Humanos (Associação Brasileira de Antropologia), Porto Alegre, maio 2003.

ção crescente de práticas sexuais que eram tradicionalmente discriminadas – masturbação, homossexualismo, promiscuidade (e, eu acrescentaria, prostituição heterossexual) – colocaram a pergunta: para onde se deslocaram as fronteiras da transgressão? Quais são os “comportamentos intoleráveis” que hoje suscitam a atenção de especialistas? Será que não cabe uma reflexão crítica sobre os debates que circundam pedofilia, sadomasoquismo, o “tráfico” de mulheres...? Certamente, esse caminho analítico não é nada tranqüilo. De certa forma, tal como o Marquês de Sade, nós, antropólogos, ao questionar os limites do tolerável, convidamos nosso público (leitores e estudantes) a se tornarem “cúmplices no conhecimento do mal” (Moraes, nesse volume). Trata-se de uma mera “perversão acadêmica”? A famosa “masturbação intelectual” que leigos tanto criticam no trabalho universitário?

Para responder a essa pergunta, gostaria de suscitar um último episódio ocorrido recentemente no universo prostitucional de Porto Alegre. Saiu em todos os jornais da cidade, com certo *splash*, a prisão de Marcelle, travesti com cerca de 50 anos, pela suspeita de tráfico de menores para fins de exploração sexual. O que acrescentou mais interesse à história é o fato de Marcelle ser líder político dos travestis, e com muitos anos de militância no mundo de ONGs. O que aconteceu? Os profissionais do sexo foram unânimes em gritar “perseguição policial”. Alegaram que os policiais estão frustrados, pois, com o movimento político da categoria, os donos de hotel, os cafetões e os próprios profissionais deixaram de pagar suborno. Agora, para incomodar os trabalhadores do sexo – tirá-los momentaneamente do trabalho, levá-los para a delegacia, tirar foto e estabelecer ficha de controle – os policiais devem justificar sua intervenção com suspeita de algo grave: algo como tráfico de mulheres ou exploração de menores... É basta uma menina (ou, melhor, um travesti) de 16 ou 17 anos pousar na casa de um colega para que surja a ameaça de denúncia. Devemos nos lembrar de que a corda rompe sempre no elo mais fraco. Agora, quando acontece uma batida policial, não são as prostitutas da praça da Alfândega que a polícia prende, mas sim a travesti, acusada de exploração sexual de menores.

Esse drama corre o risco de repetir-se em escala maior quando transferido para a arena internacional. Quem não estranha a tremenda atenção investida no combate ao tráfico internacional de mulheres e crianças (Por que, pergunto-me sempre, essa justaposição de mulheres e crianças? Por acaso, michês e travestis também não podem ser “traficados”?). Sem negar a possibilidade de casos extremados de violência,¹⁵ o observador deve perguntar quais os abusos de poder *oficial*, a repressão indiscriminada, que ocorrem em nome dessa campanha. Quem duvida de que 99% das prostitutas que se deslocam geograficamente o fazem por livre vontade, em busca de horizontes mais lucrativos... (ver Piscitelli (2002) sobre turismo sexual). Por outro lado, quem pode deixar de suspeitar que boa parte das campanhas deslançadas contra esse “tráfico” diz respeito ao desejo por parte dos governos do “Primeiro Mundo” de estancar a imigração clandestina – o mar de pobres mal ou semiquilificados que invadem o território de seus vizinhos abastados?

Casos de abuso, sem dúvida, existem. Mas, não obstante as grandes quantias gastas nesse tipo de pesquisa, até agora os escassos achados impressionam por seu caráter mal fundamentado. Será que qualquer suspeita levantada nos arquivos policiais (vide o caso que acabo de citar de Marcelle) deve ser tabulada como “mais um caso” de exploração sexual de menores? Será que a trajetória de qualquer prostituta com experiência de migração rural-urbana serve para definir “uma rota do tráfico”? Quando descobre-se uma dúzia de mulheres estrangeiras – “escravas sexuais” – vivendo em cárcere privado em algum país, qual o pesquisador ou jornalista que toma o cuidado de contextualizar esse pequeno grupo dentro de um universo centenas (senão milhares) de vezes maior de profissionais autônomas cujos adversários maiores são os oficiais da alfândega? Por que, justamente no caso de supostos crimes sexuais, pesquisadores tendem a esquecer a precaução metodológica e o público geral dispensa de vez qualquer espírito crítico? Como pesquisadores, não seria nosso dever questio-

¹⁵ Veja, por exemplo, o artigo por Landesman no *New York Times Review of Books*, 25 de janeiro, 2004, p. 32+.

nar antes de tudo quais os usos feitos das imagens chocantes, e por quais vias (econômicas, políticas e morais) se estabelecem as prioridades da agenda política? Não devemos estar de sobreaviso para que as categorias atuais de transgressão sexual não sejam usadas como desculpa para perseguir pessoas e práticas cuja nocividade não é nada evidente?

Estamos longe aqui do relativismo cultural vulgar.¹⁶ Nosso intuito não é levantar a bandeira de categorias determinadas, procurando mostrá-las como "boazinhas", dignas de serem incluídas do lado de cá da fronteira da transgressão. Tampouco é abolir todo e qualquer limite ou, pior, decretar que vale tudo. Nosso dever como pesquisadores é, antes, problematizar esses limites, revelando-os como *man-made* e exigindo que sejam alvo de uma reflexão crítica conscientemente renovada.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BECKER, Howard S. (1994). *Métodos de pesquisa em ciências sociais*. São Paulo, HUCITEC.
- BOURDIEU, Pierre (2001). *Contráfigos 2*. Rio de Janeiro, Zahar.
- CARRARA, Sérgio (1996). *Tributo a Vênus: a luta contra a prostituição no Brasil, da passagem do século aos anos 40*. Rio de Janeiro, Fiocruz.
- CORBIN, Alain (1984). "Le sexe en deuil" et l'histoire des femmes au XIX^e siècle". In: PERROT, Michelle (org) (1984). *Une histoire des femmes est-elle possible?* Paris, Rivages.
- CHEVALIER, Louis (1984). *Classes laborieuses et classes dangereuses à Paris, pendant la première moitié du XIX^e siècle*. Paris, Hachette.
- DIRKS, Nicholas; Geoff, ELEY & Sherry, ORTNER (1994). "Introduction". In: DIRKS, N.; ELEY, G. & ORTNER, S (org). *Culture/power/history: a reader in contemporary social theory*. Princeton, Princeton Univ. Press.
- FONSECA, Claudia (1996). "A dupla carteira da mulher prostituta". In: *Revista de Estudos Feministas*. 4(1): 7-34.
- FOUCAULT, Michel (1977). *A história da sexualidade*, vol. 1: a vontade de saber. Rio de Janeiro, Graal.

¹⁶ Ver Geertz (1988) para uma discussão dos diferentes tipos de relativismo e suas críticas.

- GILFOYLE, Timothy J. (1992). *City of eros: New York City, prostitution and the commercialization of sex, 1790-1920*. New York, W.W. Norton & Co.
- GEERTZ, C. (1988). "Anti anti-relativismo". In: *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. 8(3): 5 - 19.
- GROSSI, Miriam (2003). "Gênero e parentesco: famílias gays e lésbicas no Brasil". In: *Cadernos Pagu* (21). (pp. 261-280).
- GUY, Donna (1994). *El sexo peltigroso: La prostitución legal en Buenos Aires, 1875-1955*. Buenos Aires, Editorial Sudamericana.
- LANGDON, Jean (1993). "O dito e o não dito: reflexões sobre narrativas que famílias de classe média não contam". In: *Revista de Estudos Feministas*. v. 1, n. 1. Rio de Janeiro, UFRJ. (pp.155 - 158).
- PASINI, Elisiane (2000). "O uso do preservativo no cotidiano de prostitutas em ruas centrais de Porto Alegre." In: *Na batalha: sexualidade, identidade e poder no universo da prostituição*. Porto Alegre, Palmarinca.
- _____. (2001). "Fronteiras da intimidade: uso de preservativo entre prostitutas de rua". In: BRUSCHINI, Cristina & PINTO, Celi R. (org). *Tempos e lugares de gênero*. São Paulo, Fundação Carlos Chagas.
- PISCITELLI, Adriana (2002). "Exotismo e autenticidade: relatos de viajantes à procura de sexo". In: *Cadernos Pagu* (19). Campinas. (pp.195 - 233).
- RAMOS, Alcida (1991). "A hall of mirroirs". In: *Critique of anthropology*. 11(2): 155-169.
- TURNER, Terrance (1994). "Anthropology and multiculturalism: what is anthropology that multiculturalists should be mindful of it?" In: GOLDBERG, David T. (org). *Multiculturalism: a critical reader*. Cambridge/Oxford, Blackwell.
- TURNER, Victor (1974). *Dramas, fields, and metaphors: symbolic action in human society*. Ithaca, Cornell University Press.